ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO

TJCE NOTÍCIAS

Boletim Interno - Ano II - Nº 13 - Fortaleza, 13 de junho de 2008

TJ aumenta em 75% número de processos julgados

Iniciativas simples, como a racionalização de procedimentos processuais e a redução da burocracia, possibilitaram ao Tribunal de Justiça julgar 8.660 processos nos quatro primeiros meses deste ano. Desse total, 4.383 foram decisões colegiadas e 4.277 monocráticas.

Desa. Sirene Sobreira e Desa. Lúcia Bitú e servidores

A estatística representa um aumento de 75% em relação ao mesmo período de 2007, quando foram registrados 4.921 processos. Somente as Câmaras Criminais (Isoladas e Reunidas) tiveram aumento da ordem de 35% do número de ações julgadas, passando de 942 processos em 2007 para 1.271 este ano. Outro dado que merece destaque é a quantidade de ações criminais distribuídas para as Câmaras Criminais no primeiro quadrimestre deste ano: 1.590, isto é, 41% a mais que o verificado no mesmo período do ano passado: 1.128.

Des. Byron Frota e Des. Haroldo Rodrigues

O aumento da produtividade deve-se às medidas implantadas pela Secretaria Judiciária do Tribunal visando a celeridade da prestação jurisdicional:

- a otimização do fluxo de acórdãos, cuja publicação caiu de 45 dias para três dias após a liberação pelos gabinetes dos desembargadores;
- processos aptos a julgamento são remetidos pelos gabinetes dos relatores diretamente às Secretarias de Câmara, para os procedimentos de pauta, reduzindo em até cinco dias o tempo da tramitação processual;
- disponibilização de 100% da jurisprudência desta Corte;
- mudança na organização espacial do Departamento Penal;
- intimações do Ministério Público feitas no próprio TJCE;
- ampliação da equipe de servidores;
- intimação dos advogados com escritórios no interior do Estado, através do Diário da Justiça, disponibilizado gratuitamente pela internet;
- ênfase na qualidade do atendimento e celeridade na expedição de certidões;
- atualização das intimações da Defensoria Pública;
- entrega diária dos processos que retornam ao Serviço de Protocolo do Fórum Covis Beviláqua e outras.

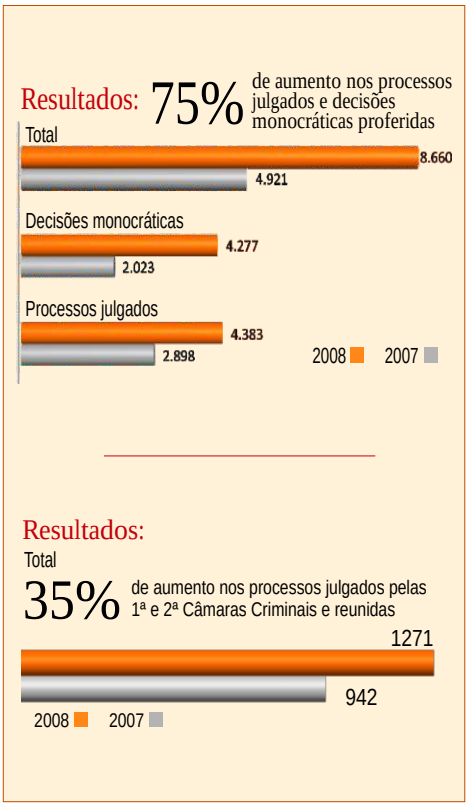
Visita ao Departamento Penal

A produtividade dos processos foi apresentada ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Fernando Ximenes e aos desembargadores das Câmaras Criminais, Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque, João Byron de Figueiredo Frota, Maria Sirene de Sousa Sobreira, Maria Lúcia do Nascimento Fiúza Bitu. A defensora Angélica Mendes representou a Defensoria Pública do Ceará. "Realmente, nós estamos vendo resultados positivos que interessam muito a coletividade", disse o Presidente, ao parabenizar a Secretária Judiciária, Chrystianne Sobral e sua equipe pelas mudanças promovidas.

Dra. Chrystianne Sobral e o Presidente Fernando Ximenes

O sucesso do trabalho, segundo a Secretária Judiciária foi possível graças ao planejamento das ações do Departamento Penal. "Isso nos possibilitou fazer as mudanças necessárias e aperfeiçoar as nossas rotinas de trabalho".

Na ocasião, o Presidente agradeceu o apoio de todos os desembargadores que têm colaborado para o êxito da sua gestão, bem como o esforço empreendido pelos servidores na busca por uma Justiça célere e de qualidade.



Processo Judicial Digital chega ao Cariri

O Tribunal de Justiça do Ceará vai implantar novos projetos na Região do Cariri para aperfeiçoar o atendimento ao jurisdicionado. A primeira ação, ocorre na próxima terça-feira (17), com inauguração do Processo Judicial Digital- PROJUDI- nas comarcas de Crato e Juazeiro do Norte. Ainda em Juazeiro, o presidente do TJCE, desembargador Fernando Ximenes, lança a pedra fundamental do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e reúne juízes de 33 comarcas para discutir assuntos relacionados ao aprimoramento e modernização do Poder Judiciário.

Na mesma ocasião, a partir das 14 horas, equipes administrativas do Tribunal de Justiça apresentam aos magistrados, as tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário e as alterações introduzidas no Sistema de Controle Processual- SPROC.

Projudi

O Processo Judicial Digital atende a determinação da Lei Federal nº. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que faculta aos órgãos e unidades do Poder Judiciário desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais, por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e o acesso por meio de redes internas e externas.

O Secretário de Tecnologia da Informação do TJCE, José Ribamar da Silva, aponta como vantagens principais do Projudi, a eliminação de papel por meio eletrônico, a redução de custos, ganhos de produtividade, maior segurança, transparência na tramitação dos processos e eficácia na prestação jurisdicional.

Os Juizados Especiais de Itapipoca, Caucaia e Maracanaú e agora Crato e Juazeiro são os primeiros a adotar o Projeto, que beneficiará todos os 42 Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Capital e do interior do Estado (incluindo os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Fortaleza e em Juazeiro do Norte), bem como nas Turmas Recursais do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Maquete da sede do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em Juazeiro do Norte

Novo Fórum

A sede própria do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher será construída em parceria com a Prefeitura de Juazeiro do Norte, que fez a doação do terreno, situado na Rua Miguel de Souza, s/n, no mesmo bairro da Lagoa Seca onde funciona a sede provisória. O investimento será custeado com recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju).

No imóvel de 359,91m^2, serão disponibilizadas salas para juiz de Direito, defensores públicos, Promotoria de Justiça, psicólogo, assistente social, secretaria geral e audiências. O imóvel disponibilizará, também, acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais, como rampa e banheiro especial.

Serviço:
Juizado da Mulher em Juazeiro do Norte: Rua Maria Marcionília, nº 800, Lagoa Seca. Fones: (088) 3571.2269/3571.11.28. Juizado da Mulher em Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 2922, Benfica. Fones: 3433.8785/3433.8787. Fax 3433.8788.

Dallari: "Judiciário precisa de independência financeira"

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Poder Judiciário brasileiro evoluiu, mas ainda há muito o que fazer, principalmente quanto à sua independência financeira. A afirmação do jurista Dalmo de Abreu Dallari, professor emérito da Universidade de São Paulo (USP), foi proferida durante palestra na Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) sobre o novo Judiciário no Brasil e no mundo. Dallari veio a Fortaleza participar da programação da Esmec alusiva aos 20 anos da Constituição Federal.

Dallari defende a independência financeira do Judiciário

Ao defender a independência financeira da Justiça, o professor disse que o sistema judiciário precisa de recursos para melhorar a qualidade dos serviços essenciais prestados ao cidadão. Ele acredita que o contingenciamento de verbas imposto pelo Poder Executivo impede o Poder Judiciário de usar seus recursos orçamentários, de acordo com suas perspectivas. Destacou ainda que os tribunais precisam contar com mais juízes, promotores, defensores e fóruns em condições de atender satisfatoriamente os jurisdicionados.

Magistrados, promotores de justiça, defensores públicos, advogados e um número expressivo de estudantes de Direito de várias universidades cearenses compareceram ao evento. O desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro, Corregedor Geral da Justiça, presidiu a solenidade. Coube ao desembargador João Byron de Figueiredo Frota, diretor da Esmec, fazer a saudação ao ilustre palestrante.

Expediente: Assessoria de Imprensa - TJCE - Tel.: 3216.25.12 / 2847 / 2531 Email:imprensa@tj.ce.gov.br
Coordenadora: Vólia Rocha. Edição: Edson Gomes. Redação: Luciberto Forte. Design: Eduardo Torres e Wellington Filho. Estagiários: Francisco José, Bárbara Lima.
Fotógrafo: Carlos Eugênio.

2ª Câmara Cível abre sessões aos estudantes de Direito

Estudantes universitários dos cursos de Direito poderão assistir às sessões ordinárias da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Ceará, na última quarta-feira de cada mês, a partir das 13h30min. A iniciativa é do presidente da Câmara, desembargador João de Deus Barros Bringel, e tem como objetivo oportunizar aos acadêmicos conhecimentos específicos relativos às práticas e procedimentos da Justiça em nível de 2º Grau.

O presidente do TJCE, desembargador Fernando Ximenes, abriu a primeira sessão na quarta-feira, 28, com a participação de estudantes da Unifor e da Faculdade 7 de Setembro. Ele destacou que a iniciativa fortalece o compromisso com a transparência e o aperfeiçoamento do Judiciário, exemplo que, acredita, deva ser seguido por outras Câmaras. "Os estudantes de Direito têm, assim, uma excelente oportunidade para acompanhar as atividades do Judiciário cearense, sobretudo o funcionamento de suas Câmaras", disse.

Des. Ximenes ressaltou a importância da iniciativa para os alunos

Alunos têm oportunidade de assisitirem os procedimentos da Justiça de 2º Grau

Julgamentos

Os processos julgados pelas Câmaras Cíveis são hábeas corpus, recursos das decisões denegatórias de hábeas corpus, reclamações e suspeições, conflitos de competência, agravos regimentais, embargos de declaração, pedidos de vistas e outros feitos ou recursos que, em virtude da lei ou do que estabelece o Regimento Interno do Tribunal, independam de pauta; mandados de segurança, agravos de instrumento e apelações cíveis, além de processos administrativos. No período de janeiro a abril de 2008, os membros da 2ª Câmara Cível julgaram 3.199 processos, sendo 862 decisões colegiadas e 2.337 decisões monocráticas, ou seja, julgamentos individuais.

Tribunal de Justiça vai contratar estagiários da UFC

Convênio firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado (TJCE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) vai possibilitar a contratação de mais 70 estagiários para trabalharem nos diversos órgãos do Poder Judiciário cearense. Com a nova contratação, passa para 290 o número de estagiários de diversas instituições de nível superior do Estado. Os estudantes vão receber uma bolsa no valor de R$ 380,00 para cumprir uma carga horária de 20 horas semanais. Serão disponibilizadas vagas para estudantes dos cursos de Direito (45), Administração (10), Psicologia (04), Informática (04); Ciências Contábeis (04); Biblioteconomia (02), e Comunicação Social (01). O estágio está previsto para iniciar em agosto e terá duração de até dois anos.

"O estágio é uma ótima oportunidade para os estudantes que desejam adquirir experiência no mercado de trabalho", diz Regina Luna, coordenadora do Setor de Estágio do TJCE, ao falar sobre a importância do aprendizado prático para os universitários.

Processo seletivo

A exemplo das outras instituições, os estudantes serão escolhidos através de processo seletivo que constará de prova escrita de conhecimentos gerais, a ser realizada no dia 27 de junho, e análise curricular. A seleção será feita por uma comissão de três docentes da própria Universidade. No entanto, a duração, orientação, supervisão e avaliação do estágio são estabelecidos pelo TJCE, de acordo com resolução própria.

Curso	Vagas
Direito	(45)
Administração	(10)
Psicologia	(04)
Informática	(04)
Ciências Contábeis	(04)
Biblioteconomia	(02)
Comunicação Social	(01)

Inscrições

As inscrições para o processo seletivo prosseguem até o dia 16 de junho, e terá os seguintes pré-requisitos: o aluno deverá ter média geral de disciplinas igual ou superior a sete; estar regularmente matriculado no curso; ter cumprido 50% dos créditos para a conclusão do curso (mas não pode estar cursando os dois últimos semestres); e não ter registro de reprovação no currículo. As inscrições poderão ser feitas na Célula de Coordenação de Estágios da Pró-Reitoria de Extensão da UFC, com a entrega dos seguintes documentos: histórico escolar atualizado; curriculum vitae e cópia da cédula de identidade.

Serviço:

Mais informações na Pró-Reitoria de Extensão da UFC através dos fones: 3366.6413/ 33667354; e no Edital do processo seletivo disponível no Portal: www.ufc.br

Servidores homenageiam presidente do TJCE

Uma comissão de servidores do Poder Judiciário cearense prestou homenagem ao desembargador Fernando Ximenes pela iniciativa de regulamentar as remoções dos servidores e pelo projeto de reestruturação das Carreiras Funcionais. Composto por representantes dos técnicos judiciários, analistas judiciários, e oficiais de Justiça, o grupo entregou ao Presidente do TJCE uma placa de reconhecimento e flores.

Em nome da comitiva, Wanderval Tavares agradeceu e parabenizou o presidente pela conduta democrática ao ouvir as aspirações de todos os servidores "e pela reorganização administrativa e funcional do quadro de servidores que agora vemos concretizada".

Ao agradecer a manifestação, o desembargador Fernando Ximenes falou sobre o seu compromisso de lutar pela melhoria das condições dos servidores do Poder Judiciário. "Considero gratificante saber que estamos dando a nossa colaboração. Fico feliz de ter sido o presidente que encampou essa reivindicação, contando com o apoio de todos os desembargadores e dos servidores. Não tenho a pretensão de fazer tudo em dois anos, mas tenho a pretensão de deixar uma semente plantada e de continuar caminhando em busca de um horizonte melhor para o Poder Judiciário".

Presidente recebe placa em reconhecimento ao seu trabalho

O Desembargador destacou que o reconhecimento dos servidores lhe dá mais energia, mais força e a certeza que sua administração está trilhando o caminho correto. "Tenho a certeza que o homem público não pode temer. Nós praticamos acertos e desacertos, mas com transparência. Os senhores estão dando suporte aos acertos de nossa administração. O julgamento de vocês é importante para que tenhamos certeza de que estamos praticando uma boa gestão", garantiu Ximenes.

Até o final de maio passado, 358 servidores, que estavam em situação instável, foram removidos de comarcas do interior do Estado para o Tribunal de Justiça, Fórum Clóvis Beviláqua e vice-versa.

Grupo de Trabalho estuda o PCCV

O Tribunal de Justiça do Ceará criou um Grupo de Trabalho para finalizar o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos servidores. Instituído através da Portaria nº 804/2008, publicada no Diário da Justiça no dia 4 de junho do corrente ano. O Grupo será coordenado pelas servidoras Clara Germana Faria Carvalho Rocha e Veleda Maria Vieira Bastos, que deverão concluir o estudo num prazo de 90 dias.

A idéia do Grupo é apresentar o estudo ainda neste semestre, e colocar o texto disponível na intranet para apreciação dos servidores, que poderão fazer sugestões. Depois, será encaminhado à Assembléia Legislativa para apreciação e votação dos deputados. A expectativa do Grupo é que, se tudo ocorrer de acordo com o esperado, o novo PCCV poderá se votado ainda este ano pela AL.

Fórum inaugura Núcleo de Justiça Terapêutica

Pessoas em cumprimento de penas alternativas em Fortaleza, que apresentem problemas ocasionados pelo consumo de álcool e outras drogas, contam, agora, com o apoio do Núcleo de Justiça Terapêutica, inaugurado nas dependências da Vara de Penas Alternativas do Fórum Clóvis Beviláqua.

O projeto idealizado pela advogada Tatiane Carneiro foi abraçado pelo juiz Haroldo Máximo, titular da Vara de Penas Alternativas, e recebeu total apoio do presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, desembargador Fernando Ximenes, e do diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, desembargador Rômulo Moreira de Deus (foto), que disponibilizou todos os meios necessários para implantação do núcleo, com a cessão de novas instalações físicas e de equipamentos modernos.

Com um quadro multidisciplinar, formado por profissionais da Psicologia e do Serviço Social, o projeto tem como propostas: possibilitar o acompanhamento psicossocial dos apenados; facilitar o acesso às políticas públicas de assistência social e de saúde, bem como contribuir na articulação de uma rede social de serviços direcionada ao uso abusivo de drogas, através da realização de fóruns de discussão, grupos de estudo e formação continuada. O serviço conta, ainda, com parcerias de comunidades terapêuticas, projetos de escolarização e de grupos de ajuda mútua, como o AA (Alcoólicos Anônimos) e o NA (Narcóticos Anônimos).

Advogados serão intimados através do Diário da Justiça

A partir do próximo dia 02 de julho, as intimações das partes e dos seus advogados, relativas a processos judiciais oriundos de comarcas do interior do Estado, serão realizadas através de publicações dos atos pertinentes no Diário da Justiça. É o que determina a Resolução nº. 12, de 29/05/08, aprovada por unanimidade pelo Pleno do Tribunal de Justiça.

A medida vai proporcionar economia, eficiência e celeridade na tramitação dos processos. É importante ressaltar, no entanto, que estão excluídas da Resolução, as intimações a serem feitas aos órgãos do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Vale destacar que desde o ano passado, também por decisão do Pleno, os advogados já podem acessar na internet, gratuitamente, o Diário da Justiça, o órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário estadual.